

CONFORMAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE VALE DO JIQUIRIÇÁ - BA

Clovis Costa dos Santos¹

RESUMO

Os espaços de controle e participação social são essenciais para a efetividade das políticas ambientais, sobretudo no contexto de crescente descentralização e municipalização da gestão ambiental. Nessa linha, os Conselhos Municipais de Meio Ambiente, enquanto instância de gestão e espaço formativo potencializa a participação da sociedade na tomada de decisão sobre as questões ambientais em âmbito local, aspectos que expressam a relevância dos estudos nessa temática. Tais premissas motivaram a realização desta pesquisa, que objetivou conhecer a configuração dos Conselhos de Meio Ambiente nos vinte municípios do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, recorte espacial localizado no estado da Bahia. De modo específico, busca-se: a) identificar a implementação do Conselho de Meio Ambiente; b) compreender a dinâmica de funcionamento desses espaços; e c) tipificar esses Órgãos colegiados de acordo com o nível de atuação e alcance das atividades desenvolvidas. A metodologia consiste em pesquisa bibliográfica e documental, com a coleta de dados do portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), referente ao ano de 2020 (edição mais recente com a temática ambiental), configurando, portanto, como estudo exploratório. Os dados foram analisados considerando as seguintes dimensões: 1) existência ou não do Conselho; 2) se ativos ou inativos; 3) composição e representatividade e; 4) caráter de atuação. A literatura, ainda incipiente sobre o tema, aponta a essencialidade dos Conselhos na dinâmica de elaboração à efetivação das políticas de gestão do meio ambiente, através do controle e participação social. E ainda, no recorte espacial analisado, é flagrante a assimetria na constituição, composição, efetividade e organização desses Conselhos, o que denota fragilidades na participação social no debate e gestão das singularidades ambientais do território analisado.

Palavras-chave: Gestão ambiental, Governança, Participação social, Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

Os espaços de controle e participação social são fundamentais na dinâmica de elaboração à efetivação das políticas ambientais, sobretudo no contexto de crescente descentralização e municipalização da gestão ambiental. Desse modo, os municípios se apresentam como escala privilegiada para a pesquisa e debate das questões ambientais, pois, segundo Santos (2023), esse é o espaço do cotidiano, das territorialidades imediatas e da (re)produção (i)material da vida, constituindo-se, portanto, como lócus privilegiado das relações socioambientais.

¹ Docente do Curso de Licenciatura em Geografia do IF Baiano Campus Santa Inês, clovis.santos@ifbaiano.edu.br



Cabe destacar que o controle e participação social no âmbito das políticas públicas ambientais são imprescindíveis, na medida em que proporciona o debate entre os diferentes “agentes do poder” no processo de intervenção na realidade. Apesar de não ser uma exclusividade, tem sido comum que esses debates ocorram, através dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente. Tal instrumento da política ambiental se configura como “[...] um órgão colegiado criado por lei, que tem o papel de exercer o Controle Social que ocorre através da participação cidadã nas decisões relativas à Política Municipal de Meio Ambiente” (Khoury, 2018, p. 48).

Tais premissas motivaram a realização desta pesquisa, que objetivou conhecer a dinâmica de funcionamento dos Conselhos de Meio Ambiente nos vinte municípios do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, recorte espacial localizado no estado da Bahia, conforme Figura 1.

[illegible]

Quanto aos objetivos específicos, destacam-se: a) identificar a implementação do Conselho de Meio Ambiente; b) compreender a dinâmica de funcionamento dos Conselhos; e c) tipificar esses órgãos colegiados de acordo com o nível de atuação e alcance das atividades desenvolvidas.

Os procedimentos metodológicos foram: Pesquisa bibliográfica, com foco nas temáticas relativas às políticas ambientais e participação social, Conselhos de meio ambiente e gestão ambiental; Análise documental, com destaque para as políticas e normas ambientais em diferentes níveis de gestão (municipal, estadual e federal). Além disso, buscou-se por dados ambientais no portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), referente ao ano de 2020, configurando, portanto, como estudo exploratório. Os dados foram analisados considerando os seguintes recortes: 1) existência ou não do Conselho; 2) se ativos ou inativos; 3) composição e representatividade; e 4) caráter de atuação.

A literatura, ainda incipiente sobre o tema, aponta a essencialidade dos Conselhos na implementação das políticas de proteção do meio ambiente, através do controle e participação social. E ainda, é evidente a assimetria na constituição, composição, efetividade e organização dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, o que denota fragilidades na gestão das singularidades ambientais do território analisado.

METODOLOGIA

O presente texto tem como objetivo central analisar a conformação dos Órgãos Gestores de Meio Ambiente nos vinte municípios do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, recorte espacial localizado no estado da Bahia. Especificamente, busca-se: a) identificar a implementação do Conselho de Meio Ambiente; b) compreender a dinâmica de funcionamento dos Conselhos; e c) tipificar esses órgãos colegiados de acordo com o nível de atuação e alcance das atividades desenvolvidas.

Para tanto, utiliza-se dos seguintes procedimentos metodológicos: a) levantamento, leitura e sistematização de referenciais teóricos sobre questões ambientais, com foco na participação e controle social na dinâmica de elaboração à efetivação das políticas ambientais; b) análise documental das normativas que versam sobre a gestão ambiental compartilhada entre os entes federados, com destaque para as legislações ambientais sobre os Conselhos



ambientais; e c) coleta de dados secundários no portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), referente ao ano de 2020 (edição mais recente sobre o tema), caracterizando-se, portanto, como um estudo exploratório.

Os dados foram analisados considerando os seguintes aspectos: 1) existência ou não do Conselho; 2) se ativos ou inativos; 3) composição e representatividade; e 4) caráter de atuação. Os principais achados do estudo foram sistematizados em forma de pôsteres, resumos, artigos e apresentações orais em eventos científicos de diferentes áreas do conhecimento, incluindo o XI Congresso Nacional de Educação (CONEDU 2025).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O cenário do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (BA) quanto à constituição dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, compreendidos enquanto importantes espaços de debates e embates sobre o meio ambiente, está representado no Quadro 1.

Quadro 1 – Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (BA): existência e atuação do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Municípios	Existência	Ativo
Amargosa	Sim	Sim
Brejões	Sim	Não
Cravolândia	Não	-
Elísio Medrado	Sim	Não
Irajuba	Sim	Sim
Itaquara	Não	-
Itiruçu	Sim	Não
Jaguaquara	Sim	Sim
Jiquiriçá	Sim	Sim
Lafaiete Coutinho	Sim	Sim
Laje	Sim	Sim
Lajedo do Tabocal	Sim	Não
Maracás	Sim	Sim
Milagres	Não	-
Mutuípe	Sim	Sim
Nova Itarana	Sim	Não
Planaltino	Não	-
Santa Inês	Sim	Sim



São Miguel Matas	Sim	Sim
Ubaíra	Sim	Sim

Fonte: IBGE, 2021.

Elaboração: Clovis Costa dos Santos (2025).

A análise dos dados permite afirmar que 80% (16 do total de 20) dos municípios do Vale possuem o Conselho de Meio Ambiente constituído, enquanto outros 20% (4 do total) declararam não ter sido criado esse instrumento de controle e participação social no âmbito das políticas ambientais. Nesse cenário há um considerável avanço na criação dos órgãos colegiados que se dedicam ao debate e proposição acerca das questões ambientais nos municípios que integram o recorte espacial analisado. Contudo, é preciso pontuar a necessidade de consolidação desses espaços, pois sua ausência fragiliza a participação popular na dinâmica de efetivação das políticas ambientais.

Além disso, outro aspecto relevante é o funcionamento e composição desses Conselhos, pois, como afirma Leme (2016, p. 11), “a simples criação de conselhos não representa que sua finalidade seja cumprida”, na medida em que a efetividade destes espaços está para além da formalidade (criação em lei específica). Em outros termos, é preciso que funcionem regularmente e com representantes do poder público, do setor produtivo e da sociedade civil organizada (ONGs, associações, sindicatos, dentre outros).

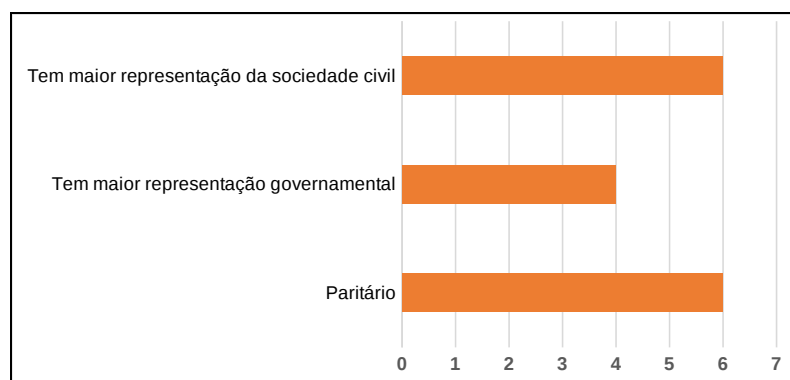
Com relação ao funcionamento, o presente estudo considera ativos os conselhos que realizaram reuniões nos doze meses anteriores à coleta de dados pelo IBGE/MUNIC/2020, independentemente da quantidade. Ainda com base no Quadro 1, observa-se que, dos 16 municípios que criaram os seus respectivos Conselhos ambientais, 69% (11) estão ativos. A quantidade de reuniões realizadas varia entre uma, caso dos municípios de Laje e Maracás; até oito encontros no intervalo de doze meses, caso do município de Mutuípe. Os demais, 31% (5) são considerados inativos, porque não realizaram nenhuma reunião com os seus membros no período de um ano.

De modo geral, observa-se arranjos bastante variados tanto na formação (paritário, maior representação da sociedade civil e maior representação governamental), quanto no número de conselheiros (titulares e suplentes) e no caráter de atuação (consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador). Segundo Ávila e Malheiros (2018, p. 10), a composição do Conselho Municipal de Meio Ambiente é a expressão das forças atuantes no município, por isso, “deve ser representativo e reunir representantes legítimos de todos os segmentos da sociedade local [...]”. A Figura 2 expressa o tipo de formação dos conselhos



existentes no Vale do Jiquiriçá.

Figura 2 - Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (BA): composição dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente.



Fonte: IBGE, 2021.

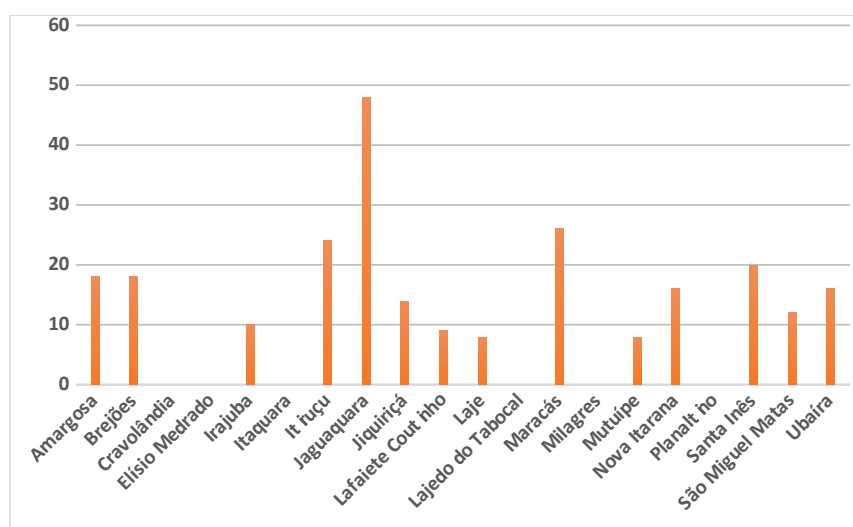
Elaboração: Clovis Costa dos Santos (2025).

O gráfico mostra que 37,5% (6 do total de 16) dos Conselhos existentes são paritários, ou seja, igualdade no número de representantes governamentais e da sociedade civil. Esse é o mesmo percentual (37,5%) daqueles com maior representação da sociedade civil. Outros 25% (4 do total) são formados com maior representação governamental. Acredita-se que o modelo paritário é a composição mais adequada, contudo, as distintas condições locais condicionam a forma e o conteúdo na tomada de decisão nestes espaços.

Quanto ao número de conselheiros, a variabilidade é marcante. A Figura 3 expressa essa questão.

Figura 3 - Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (BA): representação nos Conselhos Municipais de Meio Ambiente.





Fonte: IBGE, 2021.

Elaboração: Clovis Costa dos Santos (2025).

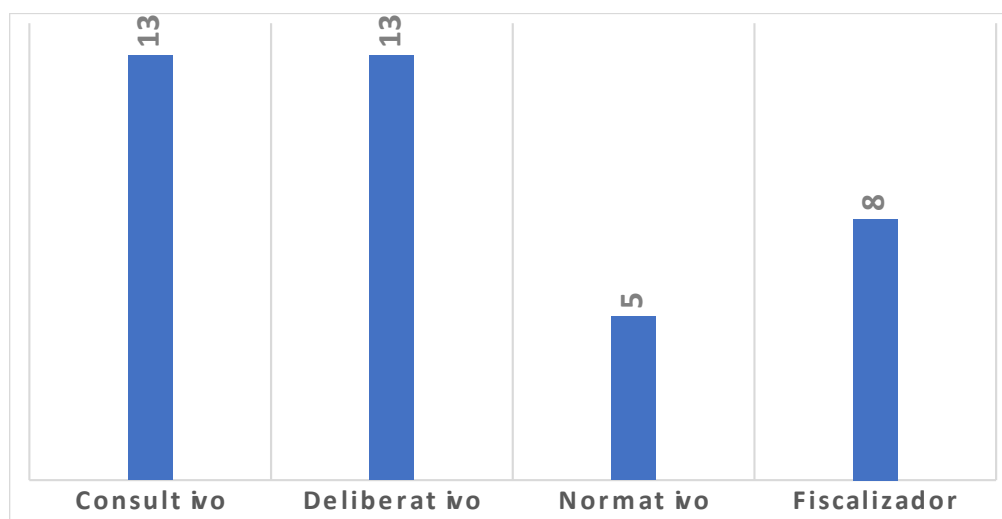
Na maior parte dos municípios, a quantidade de membros encontra-se entre oito e vinte representantes (titulares e suplentes). Casos excepcionais são encontrados nos municípios de Jaguaquara, que possui o Conselho com o maior número de membros, quarenta e oito no total, sendo a maior parte da sociedade civil. Importante destacar que este município tem a maior população (45.964) e a terceira maior extensão territorial (924,512 km²) do recorte analisado, aspectos que contribuem para a maior complexidade na gestão dos processos ambientais.

Em seguida, encontra-se o município de Maracás, totalizando 26 membros (titulares e suplentes), sendo a maior parte da sociedade civil. Em terceiro lugar, Itiruçu com vinte e quatro representantes em composição paritária (IBGE, 2021).

Considerando o caráter de atuação, ou seja, o nível de atuação e alcance das atividades desenvolvidas, os conselhos podem ser consultivos, deliberativos, normativos e fiscalizadores. No Vale, com relação ao exercício do poder-dever por parte dos conselheiros, existem diferentes configurações, conforme expressa a Figura 4.

Figura 4 - Território de Identidade Vale do Jiquiriçá-BA: caráter de atuação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente.





Fonte: IBGE, 2021.

Elaboração: Clovis Costa dos Santos (2025).

Os Conselhos de caráter consultivo se caracterizam “como um espaço próprio e especializado para a construção de debates e de conhecimento sobre o meio ambiente local” (Ligeiro, 2018, p. 64). Portanto, se constituem como *lócus* privilegiado de debate e proposições sobre a política ambiental municipal ao mesmo tempo em que sinaliza ao poder público os caminhos, as estratégias e possibilidades para efetivação dos princípios de proteção e melhoria da qualidade ambiental. Contudo, as decisões são meramente indicativas, sugestões que podem ou não ser acatadas pelo chefe do Executivo, uma vez que não são impositivas, reduzindo sobremaneira o poder da sociedade sobre no direcionamento dos processos ambientais. Os Conselhos com atuação consultiva são encontrados nos municípios de Amargosa, Brejões, Elísio Medrado, Irajuba, Itiruçu, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Laje, Maracás, Nova Itarana, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra, totalizando treze municípios.

Além da função consultiva, os Conselhos podem (e devem) atuar ainda de forma deliberativa e normativa, ampliando o poder-dever na tomada de decisão. Nessa perspectiva, expedirá resoluções ambientais, “[...] decidirá situações genéricas das mais variadas, estabelecendo normas e diretrizes na gestão ambiental municipal e deliberando sobre as licenças ambientais” (Ligeiro, 2018, p. 64). Assim, a palavra final sobre a agenda ambiental do município será sempre do órgão colegiado. Os conselhos deliberativos são encontrados em Amargosa, Brejões, Elísio Medrado, Irajuba, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Laje, Maracás, Nova Itarana, Santa Inês e Ubaíra, totalizando treze municípios.

Em regra, os Conselhos consultivos são também deliberativos, exceto em São Miguel



das Matas, sem a função deliberativa; e o município de Jaguaquara, sem atuação consultiva. Já o caráter normativo foi identificado apenas em Irajuba, Itiruçu, Laje, Nova Itarana e Ubaíra.

Por fim, a ação fiscalizadora é realizada por oito Conselhos municipais, são eles: Amargosa, Irajuba, Itiruçu, Laje, Lajedo, Mutuípe, Nova Itarana e Ubaíra. Os municípios de Cravolândia, Itaquara, Milagres e Planaltino informaram a inexistência desses espaços de diálogo, controle e participação social das políticas públicas ambientais.

O panorama em relação ao caráter dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente existentes no Vale do Jiquiriçá é apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Território de Identidade Vale do Jiquiriçá-BA: panorama dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente quanto ao seu caráter de atuação.

Município	Consultivo	Deliberativo	Normatizador	Fiscalizador
Amargosa				
Brejões				
Cravolândia	-	-	-	-
Elísio Medrado				
Irajuba				
Itaquara	-	-	-	-
Itiruçu				
Jaguaquara				
Jiquiriçá				
Lafaiete Coutinho				
Laje				
Lajedo do Tabocal				
Maracás				
Milagres	-	-	-	-
Mutuípe				
Nova Itarana				
Planaltino	-	-	-	-
Santa Inês				
São Miguel Matas				
Ubaíra				

Fonte: IBGE, 2021.

Elaboração: Clovis Costa dos Santos (2025).

Pelo exposto, os Conselhos Municipais de Meio Ambiente desempenham um papel fundamental na proteção do meio ambiente, através do controle e participação social, busca-se alcançar o equilíbrio na dinâmica de elaboração à execução das políticas públicas e as



demandas e interesses locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou os principais aspectos relacionados ao funcionamento dos Conselhos de Meio Ambiente nos vinte municípios do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, recoste espacial localizado no estado da Bahia. Os dados apontam a essencialidade dos Conselhos na implementação das políticas ambientais, através do controle e participação social. E ainda, a flagrante assimetria na constituição, composição, efetividade e organização dos Conselhos, o que denota fragilidades na gestão das singularidades ambientais do território analisado.

As maiorias dos municípios possuem o Conselho Constituído, mas apenas 11 (do total de 16 existentes), estavam ativos no momento da realização da pesquisa do IBGE/MUNIC/2020. Com relação à composição, a maior parte dos Órgãos colegiados tem composição paritária (6), seguida daqueles com maior representação da sociedade civil organizada (6) e apenas uma pequena parcela se caracteriza por maior representação do poder público (4).

Por fim, a quantidade de membros é variada, sendo difícil estabelecer um padrão no quantitativo de Conselheiros, o que reforça a ideia de que as singularidades locais e a correlação de forças próprias de cada município influenciam nessa definição. Já com relação ao caráter de atuação, verificou-se a prevalência de Conselhos consultivos e deliberativos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Pró-Reitoria de Pesquisa do Instituto Federal Baiano, que por meio do Edital 52/2024 - PIBIC - CNPq / CNPq-Af / FAPESB possibilitou a realização da pesquisa intitulada “Os (des)caminhos dos Sistemas Municipais de Meio Ambiente no Vale do Jiquiriçá - BA”, da qual resultou esse e outros textos sobre o tema pesquisado.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, R. D.; MALHEIROS, T. F. **Sistema Municipal de Meio Ambiente no Brasil: avanços e desafios**. Saúde Soc. São Paulo, v.21, supl.3, p.33-47, 2012.



BAHIA. **Estatísticas dos Municípios Baianos** [recurso eletrônico] / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. v. 1 (2000 -). – Salvador: SEI, 2012. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/estatisticas_municipios/est_mun_v4_vale_do_jiquirica.zip. Acesso em: 12 out. 2025.

KHOURY, L. E. da C. Os Sistemas Municipais de Meio Ambiente e os Deveres da Administração Ambiental. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Os desafios da implementação dos sistemas municipais de meio ambiente**. Ministério do Meio Ambiente, Ministério Público do Estado da Bahia. Brasília, DF: MMA; Salvador, BA: MPBA, 2018.

LEME, T. N. Governança ambiental no nível municipal. **IPEA**, Brasília, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9269>. Acesso em 12 out. 2025.

LIGEIRO, I. C. O Papel do Conselho Municipal de Meio Ambiente – o desafio da proteção ambiental. In: In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Os desafios da implementação dos sistemas municipais de meio ambiente**. Ministério do Meio Ambiente, Ministério Público do Estado da Bahia. Brasília, DF: MMA; Salvador, BA: MPBA, 2018.

SANTOS, C. S. **Sistemas municipais de meio ambiente no vale do Jiquiriçá - BA**: da intenção a ação. Trabalho de conclusão de curso (Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano Campus Santa Inês, Santa Inês, 2023.

